



II Semana da Demografia

A FORMAÇÃO ECONÔMICA E POLÍTICA NAS ARTICULAÇÕES DO CONFLITO ARMADO: O CASO COLÔMBIA¹

Gabriela da Silva Ferreira²

RESUMO

Atualmente a Colômbia é constata como o maior mercado produtor de cocaína no mundo. Assim, este estudo busca investigar a formação da economia política das drogas ilícitas na Colômbia a partir de uma longa investigação histórica, interpretando a formação social e política desta nação. Os resultados desta pesquisa indicam que, a questão agrária está intimamente relacionada ao narcotráfico neste país. De forma que, fatores sociais, históricos e econômicos são determinantes para a compreensão da guerra contra as drogas no âmbito local e global.

Palavras-chaves: Colômbia; Desenvolvimento econômico; Economia das drogas ilícitas; Economia política da cocaína.

INTRODUÇÃO

É qualificada como droga, ao juízo da Organização Mundial da Saúde (OMS), toda e qualquer substância que, ao ser consumida, é capaz de alterar a atuação do sistema nervoso central, independente da intensidade: desde um breve vigor possivelmente proporcionada por uma xícara de café, ou até transformações na percepção de tempo, visão ou espaço. Logo, a proibição e uso de certas drogas é uma questão reputada como um fenômeno que marca a transição para o século XXI, resultado da mutação entre a droga-produto para a droga-mercadoria transgredindo as legitimações estatais.

Um importante argumento frente ao que podemos denominar como Estado forte pela interpretação da política moderna, relaciona o monopólio da força militar ao Estado a fim de minimizar tendências a violência e insubmissão. Mas nem sempre foi assim. O Estado colombiano formou-se em meio a violência armada, conflito político e social que espelham à sua formação econômica.

¹ Trabalho apresentado na II Semana da Demografia da Universidade Estadual de Campinas, evento que ocorreu entre os dias 22 e 26 de abril de 2024.

² Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP.

Assim, o objetivo central deste estudo é explicar as raízes estruturais do narcotráfico colombiano, a partir de uma análise histórica. Para atingir o objetivo central deste estudo, o texto estará dividido em duas partes, para além da análise conclusiva: Inicialmente será feito um estudo geográfico e histórica fim de interpretar o território e população colombiana, em seguida será feita uma investigação acerca das transformações histórico-políticas no país a fim de assimilar as relações sociais por trás dos conflitos armados e desenvolvimento histórico. Por fim, iremos descrever o narcotráfico como um fenômeno de influência histórica, social e econômica.

A compreensão de um fenômeno atual não pode ser realizada satisfatoriamente a partir da observação das decisões dos agentes econômicos, este estudo busca pela compreensão dos conflitos contemporâneos na Colômbia relacionados ao comércio de drogas ilícitas, será realizada uma análise histórica de longa duração, de forma a ressaltar fenômenos sociais provenientes de características essencialmente históricas e econômicas. Este estudo mostrará certos fragmentos da história colombiana que une pitadas de intervenção das oligarquias locais; interferência externa direta; forças paramilitares e cartéis de droga. Seguindo a hipótese de que o mercado ilícito está incorporado no processo de desenvolvimento econômico das nações.

RESULTADO E DISCUSSÃO

A República da Colômbia se configurou-se por intermédio de interruptos conflitos armados, para além das influências externas em consonância a colisões entre oligarquias locais e povos originários historicamente anestesiados pelos desdobramentos históricos do sistema capitalista. De modo que, para instigar a dimensão da crise atrelada à economia ilícita é preciso resgatar de sua história o fato que, desde sua independência da metrópole espanhola, falar sobre a formação econômica e política desta nação é discorrer acerca de diversos conflitos políticos violentos que culminaram em certas mutações no espaço social. “A brutalidade das guerras civis que acompanharam o século XIX como corolário de uma história de 200 anos de tentativas mal sucedidas por parte das oligarquias de forjar um Estado-nação moderno, sem abrir mão de sua posição política dominante” (Alves, 2005, p. 15).

Por trás do argumento eurocêntrico de que fora preciso construir uma cultura, jurisprudência, à luz da tradição puritana do cristianismo, a essência de que mercantilista simbolizada pela violenta exploração em suas mais variadas formas. Assim, a Mineração e a economia agrícola são atividades herdadas do período colonial, perpetuadas pelo modelo de desenvolvimento periférico com marcas colonialistas, elucidando que, os primeiros momentos de colonização ibérica no continente sul-americano, é marcada pelo modelo agroexportador,

que sofre uma espécie de “ponto de inflexão” em sua trajetória, na segunda metade do século XX.

De acuerdo con Quijano (2000), la dependencia latinoamericana surge en la década de 1930, con la crisis económica mundial, coyuntura que condujo a la burguesía con mayor capital de la región (Argentina, Brasil, México, Chile, Uruguay y en determinada medida Colombia) a la producción local de bienes ostentosos que antes tenían que importar. Quijano sostiene que ese fue el comienzo del distintivo modelo latinoamericano de industrialización, basado en la sustitución de los bienes importados, por la obtención de productos locales, para lo cual no era preciso reorganizar globalmente las economías locales, emplear grandes cantidades de vasallos, ni generar tecnología propia (Ortega; Brisola, 2023, p. 26).

Como observado pelas autoras acima, a relação de dependência econômica não se restringiu apenas à realidade brasileira, mas em diversos países da América Latina, inclusive a Colômbia. Nos primeiros anos da década de 30, a partir da constatação da histórica depreciação dos preços dos produtos primários frente aos industrializados no mercado internacional culmina numa crise do modelo primário-exportador, que possuía até então como protagonista o café, momento em que produção industrial no país tinha uma enorme dependência de bens de capital produzidos no exterior, abrindo espaço para um novo ponto de inflexão da história da formação econômica do Brasil, marcando a ruptura deste modelo. Vale lembrar, a consolidação da presença do Estado na política industrial de uma nação latino-americana é notória, histórica, visto que, existem setores que são essenciais à economia de qualquer nação, porém, não são induzidos por uma demanda pré-existente, o que justifica a não-crença nos empresários schumpeterianos.

Falar sobre uma crescente atividade industrial urbana isso não significa irrelevância do setor agrícola, pelo contrário: Existe um setor agrícola de subsistência que representou um empasse no caminho em prol de uma economia de dinamismo próprio, neste tempo, a demanda por produtos agrícolas, se ascende. Quando discutimos acerca de industrialização intensiva, nas entrelinhas há um conjunto de fatores, entre os quais: A produção de bens de consumo duráveis de alto valor envolve técnicas intensivas de capital, o que pode ser compreendido como aqueles negócios que envolvem altíssimos investimentos em máquinas e equipamentos. Para além deste fator, também é preciso analisar o tamanho do mercado: muitas máquinas são produzidas adaptadas ao nível de demanda dos países desenvolvidos, consideravelmente grande frente ao tamanho do mercado latino. E, em contrapartida, trata-se de um setor que normalmente há pouca absorção de emprego e, conseqüentemente, concentração de renda (diga-se de passagem, essas atividades são gerenciadas por empresas consolidadas e grandes. Eis assim, o paradigma cepalino: A industrialização é restringida pois, é impossível analisá-la a partir do contexto latino-americano sem o apoio externo. E, deve ser compreendida como um processo de

constituição de forças capitalistas, criando bases materiais para o sistema capitalista que, na América Latina, tem certos aspectos específicos relacionados ao ponto de partida (é retardatário/atrasado/tardio) e se instaurara num momento que o capitalismo já estava instalado no mundo. Assim, a perspectiva monetarista, a análise se direciona à implementação de políticas econômicas neoliberais, em especial a partir dos anos de 1980, refletindo na diminuição de estudos relacionados à história econômica colombiana até meados dos 1990. “Aprender essa dialética própria ao movimento desigual e combinado do capitalismo na América Latina constitui um desafio apropriado ao marxismo” (Silva, 2017, p. 14).

Para além da questão industrial, a questão agrária colombiana merece devida atenção neste estudo, em especial, os anos de 1958 à 1974, período caracterizado pela atuação da Frente Nacional, que marca a transição da economia colombiana que passa a direcionar para o sentido liberal-democrático. Para além da análise no âmbito político, como mencionado na sessão anterior, iremos analisar a estratégia econômica e seus reflexos na questão agrária “o ano de 1961 foi aquele em que a questão agrária na Colômbia se desenvolveria a partir dos parâmetros estabelecidos pela Aliança do Progresso, sob influência direta da política de Estado dos EUA, e da lei 135 relativa à política do Estado para a promoção da reforma agrária” (Silva, 2017, p. 15).

A luta de classes na Colômbia não se limitava apenas a disputa entre Liberais e Conservadoras. A violência em consonância à queda dos preços das commodities no mercado internacional, essa mutação na reprodução de capital após os anos 50 não era proveniente apenas de causas externas, a fome e violência também são fatores determinantes para que pequenos produtores rurais vendessem suas propriedades.

Ainda no final dos anos 50, a questão agrária chama atenção do cenário internacional: por um lado, a Revolução Cubana ocorrera em 1959, passa a ser de suma importância que Colômbia entre em na agenda de reformas dos Estados Unidos. Assim, a partir da ruptura com Cuba, novos direcionamentos entram em cena. As políticas atreladas à agenda estadunidense fazem parte de um programa chamado Aliança para o Progresso que determina em lei que, diante de auxílio financeiro estadunidense, a Colômbia se compromete a realizar uma reforma agrária a fim de reestruturar o modelo de propriedade no campo. Nas palavras do então presidente Kennedy, em 1960:

Os EUA se comprometió a aportar 20.000 millones de dólares en ayuda (en concesiones e prestamos) y solicitó a los gobiernos de America Latina que aportam80.000 millones de dólares en fondos em inversión para sus economías. Hasta entonces era el programa de ayuda más grande de EUA para el mundo em desarrollo y también propuso reformas sustanciales em las instituciones da América Latina (Kennedy, 2010 *apud* Silva, 2017).

Entra em cena o Imperialismo estadunidense em território colombiano, mas não somente por essa via. Um ano depois é declarada a *Operación Colombia*, como proposta de desenvolvimento com intuito de auxílio no processo industrial do país. Entre as diretrizes do programa: A defesa e desenvolvimento da agricultura do tipo colonial, capaz de absorver aproximadamente 7% da força de trabalho no país, neste período, a população urbana já representava 60% da população. Em 1972, numa tentativa de conter um novo movimento entre camponeses, o então presidente Liberal Misael Pastrana em reunião com representantes do Partido Liberal e conservador do setor agrícola, estabelecem um acordo conhecido como “Pacto de Chicoral”. Este acordo reforma a Lei 135 de 1961 de forma a eliminar a expropriação de latifúndios considerados improdutivos, priorizando a exploração empresarial em detrimento da atividade camponesa exterminando as políticas sociais direcionadas à população rural. Sem esquecer que:

A grande propriedade do tipo comercial e a grande indústria caminham unidas no modo de produção capitalista criando as condições para sua reprodução: A separação do homem de seus meios de produção, a proletarização do camponês e a transformação dos meios de produção em capital (Silva, 2017, p. 49).

O intuito central desta medida é anestesiar o movimento camponês alimentando a ilusão de uma redistribuição de terras de modo transformar definitivamente os rumos no campo. A formação moderna de propriedade fundiária na Colômbia abre espaço para outra guerra.

Grupos guerrilheiros que representavam interesses camponeses passam a operar como uma espécie de “setor intermediário” que atua entre os interesses dos comerciantes de droga e os produtores ruais. Aqui vale um adendo: É muito comum que os cartéis de droga realizem o pagamento antecipado aos camponeses e muito mais elevado comparado aos rendimentos provenientes de qualquer outro produto agrícola, o que representa um antigo desafio a países como Peru e Bolívia onde a produção da coca é lícita ao mesmo tempo que é um fator que contribui para a empatia entre membros de facções e grande parte da população do campo. Mas vale lembrar também: “Impostos sobre a produção de cocaína foram criados pela guerrilha. No entanto, tais ações vieram a modificar o perfil das FARC-EP, muito mais interessadas no lucro e no controle militar dos territórios” (Ferreira Neto, 2012, p. 97).

Sobre o âmbito puramente econômico, a década de 1970 é marcada pelo aumento dos preços agrícolas, as importações e exportações crescem. O PIB estivera em torno de 7,5% durante a primeira metade da década enquanto os juros se mantiveram alto, acompanhado pela demanda por moeda induzindo o aumento geral dos preços. Apesar do aumento da demanda por importados, a Colômbia ainda tinha dificuldades de obter divisas. Durante o governo de Afonso López (1974-1978), com intuito de facilitar o fluxo de capitais, o Banco Central passa a autorizar empréstimos externos (em dólares) sem a necessidade de investigação de sua origem. Esta medida foi popularmente chamada de *Ventanilla Sinistra*. “Na Colômbia nos anos 1980 a taxa de câmbio dos narco-dólares era menor em relação ao dólar oficial pois os dólares do narcotráfico haviam se tornado mais abundantes do que os dólares legais” (Ferreira Neto, 2012, p. 119).

A economia da droga circula nas articulações do conflito armado. No fim dos anos 70, o país era território de produção de maconha, papoula e coca, que posteriormente se expandira para o Peru e Bolívia. A produção de maconha era predominante até que o mercado da cocaína mostrou-se como o mais vantajoso em virtude da lucratividade proveniente de seu alto grau de rendimento. Atualmente, o país é responsável por pelo menos 61% da produção mundial de cocaína.

Assim, foram divulgadas as três principais “fontes” de violência na Colômbia: delinquentes comuns, narcotraficantes e por motivação política relacionada a guerrilhas e grupos paramilitares. Essas fontes de violência estavam contidas em diferentes esferas de dinâmicas, mas nos anos 90 começariam a se articular de forma que os camponeses produtores de coca eram controlados por grupos guerrilheiros que lhe cobravam impostos e processam a folha da coca que posteriormente passam para o domínio de narcotraficantes que criam e/ou contratam grupos paramilitares para proteger seu negócio à margem da legalidade. “A guerra mudou de aparência. Com a articulação da violência do narcotráfico e da delinquência comum com a violência política, o conflito armado deu um grande salto, emitindo um claro sinal de que o Estado podia entrar em colapso” (Valencia, 2005, p. 131).

O fim dos anos 80 estremeceu o país com uma onda de terrorismo, a Colômbia se tornara um caso excêntrico no mundo, havia uma linha tênue que separava o Estado do tráfico de drogas. Um dos fatores que mostram essa relação é o episódio ocorrido no ano de 1994, quando foi à tona um escândalo envolvendo o então presidente recém eleito Ernesto Samper Pizano, que teria recebido dinheiro oriundo do narcotráfico para sua campanha presidencial. Ernesto foi em seguida absolvido e, a partir deste caso, percebeu-se que o narcotráfico estava intimamente relacionado ao corpo político da nação. Frente ao violento cenário colombiano, a

oferta de cocaína se ampliava assim como suas exportações, chamando ainda mais atenção do governo estadunidense, principal mercado consumidor do mundo que, em consequência disto, intensificou sua estratégia de guerra contra as drogas.

Eliminar o mercado das drogas ilícitas torna-se algo delicado à medida que, na ponta do elo da cadeia produtiva encontram-se pequenos agricultores e camponeses que economicamente dependem do cultivo ilícito, mesmo que a riqueza destinada a camponeses seja bastante inferior, ainda é muito mais alta que qualquer mercado legal. Motivo pelo qual grandes narcotraficantes da Colômbia já estiveram no topo do ranking das pessoas mais ricas do mundo, como Pablo Escobar e Gilberto Rodríguez Orejuela.

Atualmente, a Colômbia conta com a atuação de cinco partidos políticos: Nova Força Democrática, Movimento da Salvação Nacional, União Patriótica, além dos tradicionais Partido Conservador e Partido Liberal. O economista Gustavo Petro e ex-integrante da guerrilha M-19, foi eleito presidente em 2022 com pouco mais de 50% dos votos válidos no segundo turno. Petro tem uma visão crítica à Guerra Contra as Drogas, é contra a política proibicionista, defende programas de renda mínima à população rural e políticas públicas em prol da Amazônia. Sobre os obstáculos do governo atual, são estruturais, alguns familiares aos olhos de nós brasileiros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A primeira conclusão está direcionada ao fato de que o comércio de drogas ilícitas está intimamente relacionado ao processo de desenvolvimento econômico, mas especificamente, à histórica exclusão racial e social observada no mundo. Vale salientar: A guerra contra as drogas é declarada pelos EUA na década de 1970, Os Estados Unidos acabara recentemente com a segregação racial, a primeira criança negra a frequentar uma escola de brancos foi na década de 1960. Não por coincidência, a guerra contra as drogas foi declarada na década de 70, momento em que a nova ordem mundial começa entrar em cena, as relações de trabalho nos EUA também começam a sofrer mudanças (passam a ser mais flexíveis). Ainda nos tempos atuais, os Estados Unidos da América se mantem como o maior mercado consumidor de drogas do mundo.

O amplo mercado consumidor, está localizado entre as nações economicamente desenvolvidas. Logo, não se trata de um fenômeno isolado. É preciso investigar outros mercados atrelados a este, como: indústria de armas, tráfico de pessoas, corrupção e, não menos importante, o mercado de capitais.

A queda dos preços de commodities a partir da década de 70 no mercado internacional induziu ambos os países da região andina a uma intensa crise econômica, que culminou em

demissões em massa, conflitos sociais, somados a falta de governabilidade, desemprego e extensa pobreza. Assim, a deterioração econômica dos trabalhadores do campo contribuiu para a entrada dos mesmos num mercado de maior rentabilidade, a plantação de coca, podendo estar ligada aos exércitos paramilitares financiados por narcotraficantes; além dos conflitos de cunho ambiental, visto a atuação das mineradoras.

Para chegar ao objetivo central deste estudo, foi realizado um estudo histórico acerca da formação política da República da Colômbia, atualmente o maior mercado produtor de cocaína, uma das drogas mais lucrativas e consumidas do mundo. A análise indica que o extenso histórico de violência, desigualdade e ausência de representatividade colocaram em cheque a democracia de um país que, para além da posição de dependência, perdera o monopólio da força e, conseqüentemente, da ordem. Assim como já mencionado por David Harvey, a militarização não deve ser tida por certo ou como a única solução, visto que, a alta rentabilidade das drogas é capaz de fazer estes mercados se reinventem.

O atual governo colombiano, apesar de vencer uma disputa acirrada nas urnas assim como no Brasil, assume que a política proibicionista tem fomentado problemas estruturais ao país, mas a financeirização global, pode levar a novos desafios. Também é preciso investigar o caminho do dinheiro para que a guerra contra as drogas, não alimente uma violência estrutural. Na prática, este fato é notório, a Guerra é não contra substâncias ilícitas, ela possui fundamentos históricos, sociais e econômicos. Assim, a proibição e uso de certas drogas é uma questão reputada como um fenômeno que marca a transição para o século XXI, em todo o globo.

REFERÊNCIAS

BECKER, G. S. Crime and punishment: An economic approach. **Journal of Political Economy**, Chicago, v. 76, n. 2, p. 169-217, 1968.

CLOSS, M. B. Narcotráfico e violência na Colômbia: uma análise a partir dos processos sociais e políticos do Estado colombiano (1970-2000). In: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS, 6., 2017, Rio de Janeiro, RJ. **Anais...** Belo Horizonte, MG: UFMG, 2017.

COLOMBIA. **Constituição (1968)**. Colombia, 16 dez. 1968.

COSTA, P. H. A. **Por um (outro) mundo com drogas**. São Paulo, SP: Usina Editorial, 2020.

FERREIRA, G. S. **Economia política das drogas: uma análise da geopolítica do tráfico da cocaína**. 2020. 116f. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, MG, 2020.

FERREIRA, P. E. M.; MARTINI, R. K. Cocaína: lendas, história e abuso. **Revista Brasileira de Psiquiatria**, Porto Alegre, RS, v. 23, n. 2, p. 96-99, 2001.

LOURENÇO, J. L. O constitucionalismo e as experiências democratizantes na América Latina: um estudo comparativo entre as constituições do Brasil, Colômbia e Equador. In: SIMPÓSIO

INTERNACIONAL PENSAR E REPENSAR A AMÉRICA LATINA, 2., 2016, São Paulo, SP. **Anais...** São Paulo, SP: USP, 2016.

HARVEY, D. **Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana.** Tradução de: Jeferson Camargo. São Paulo, SP: Martins, 2014.

KOPP, P. **A economia da droga.** Bauru, SP: Edusc, 1997.

RACIONAIS MC'S. **Sobrevivendo no Inferno.** São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2018.

RODRIGUES, T. Narcotráfico e militarização nas Américas: vício de guerra. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, RJ, v. 2012, n. 1, p. 9-41, 2012.

SAVIANO, R. **Zero zero zero.** São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2013.

SOMOZA, A. **Coca, cocaína e narcotráfico.** São Paulo, SP: Ícone Editora, 1990.

UNITED NATIONS. **World drug report 2023.** Vienna, 2022.